



Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina



Relatório de Atividades 2018



Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina

SUMÁRIO //

1. INTRODUÇÃO
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
2.1 Competências da Aresc
2.2 Equipe
3. DIRETORIA COLEGIADA
3.1 Presidência
3.1.1 Ouvidoria
3.2 Diretoria Técnica
3.2.1 Resoluções
3.2.2 Municípios Conveniados
3.2.3 Plano Municipal de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina
3.2.4 Visitas Técnicas em Saneamento Básico
3.2.5 Planilha com todas as fiscalizações (água e esgoto) em 2018
3.2.6 Auto de infração
3.2.7 Plano de Emergência 2018/2019
3.2.8 Metodologia de Revisão Tarifária às concessionárias reguladas pela Aresc 50
3.2.9 Projeto Produtor de Água
3.2.10 Resíduos Sólidos
3.2.11 Gás Natural Canalizado
3.2.12 Conta Gráfica
3.2.13 Revisão Tarifária SCGás
3.2.14 Cursos e Palestras
3.2.15 Aplicativo Aresc
3.2.16 Equipe da Diretoria Técnica
3.3 Diretoria de relações institucionais
3.3.1 Organograma
3.4 Diretoria administrativa e financeira
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS





1. INTRODUÇÃO

A Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc é uma autarquia de regime especial, criada com o advento da lei ordinária nº 16.673, de 11 de agosto de 2015. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS, possui personalidade de direito público e seu regime jurídico caracteriza-se pela independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, mandato fixo e estabilidade de seus diretores.

A Aresc, em cumprimento ao seu papel perante a sociedade e à necessidade da transparência no âmbito do setor público do Estado de Santa Catarina, apresenta neste relatório todas as atividades que foram desenvolvidas na regulação e fiscalização de competência da Agência no ano de 2018.





Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Competências da Aresc

Cabe à Aresc a atuação nos seguintes serviços públicos: saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais e exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado e outros serviços delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

No âmbito da atuação dos serviços que compete à Aresc estão: supervisionar, controlar e avaliar as ações e as atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa aos serviços públicos concedidos; fiscalizar a prestação dos serviços públicos, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional; expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, com vistas ao estabelecimento de padrões de qualidade para prestação dos serviços; otimização dos custos; segurança das instalações; e atendimento aos usuários.

A Aresc tem a missão de fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos concedidos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, visando manter a harmonia das relações entre o poder concedente, os prestadores de serviço e os usuários.

Diretoria Colegiada

2.2 Equipe

Presidência

Reno Luiz Caramori

Procuradoria Jurídica

Dr. Marco Antônio Koerich de Azambuja

Ouvidoria

Murilo César Pereira de Oliveira

Assessoria de Comunicação

Flávia Farias Grechi

Controle Interno

Gilberto Cavedon

Diretoria de Relações Institucionais

Ari João Martendal

Gerência de Contratos

Fernando Teixeira

Gerência de Controle Social

Luciane Herkenhoff

Diretoria Técnica

Elmis Mannrich

Gerência de Regulação

Eng.º Silvio Cesar dos Santos Rosa

Gerência de Fiscalização

Eng.^a Luiza Kaschny Borges

Diretoria Administrativa e Financeira

Içuriti Pereira da Silva

Gerência de Tecnologia da

Informação e Governança Eletrônica

Danilo Guimarães Almeida

Gerência Administrativa e Financeira

André Conceição Costa

Gerência de Gestão de Pessoas

José Pereira Demétrio

Gerência de Apoio Operacional

Carlos Alberto da Silva

Conselho Consultivo

Reno Luiz Caramori (Presidente)

Silvio Cesar dos Santos Rosa

Elizabete Luiza Fernandes Baesso

Luiz Antônio Garcia Correa

Priscila Cardoso Vieira

Roberval Rogério Wan-Dall

Karina

Constâncio Maciel

Estrutura Organizacional







Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina

DIRETORIA COLEGIADA



3. DIRETORIA COLEGIADA

3.1 Presidência

Cabe ao presidente representar a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc, bem como firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais, além de coordenar competências administrativas, entre outras funções.

3.1.1 Ouvidoria

A prática de uma comunicação que vá ao encontro das demandas dos usuários do serviço público permite um melhor entendimento das normas gerais e atende à determinação legal de realizar com transparência, a participação social. É nesse cenário que se fortalece a busca do Cidadão perante à Ouvidoria Aresc.

Configurando um importante marco legal na regulação das atividades de Agências de Regulação, a Ouvidoria ratifica as competências e garantias aos Cidadãos. Os atendimentos realizados pelos canais de comunicação sejam elas pessoalmente, por telefone, via correio eletrônico, via portal do site ARESC, por correspondência e recentemente, por intermédio do Aplicativo Aresc, todas essas, fortalecem a "voz do cidadão". São através desses canais, que as pessoas depositam suas mais diversas manifestações, solicitações, insatisfações e elogios a respeito das demandas fiscalizadas e reguladas por esta Agência de Regulação.

As interlocuções e mediações aqui tratadas, visam aproximar o Cidadão, de forma conciliatória às diferentes formas de atuação, a fim de obtermos resolutividade do problema. Nossos objetivos junto ao usuário têm sido ampliados em paralelo com o crescimento dos atendimentos, respaldados sempre pelos fundamentos legais, possibilitando assim, o atendimento adequado para transformar a cultura da reclamação, em cultura de participação social atrayés da orientação. Isso gera resultados positivos.

Orientar a população sobre o potencial de atuação no aspecto social, permite a ressonância das questões de interesse público. Na abordagem aos Consumidores, estes, revelaram total desconhecimento de "normas e prazos de atendimento" junto às Concessionárias, o que exige do atendimento, uma tarefa com maior tratamento humanizado e didático. Com advento da Lei 13.460/2017 de 23 de junho de 2017, e vigência a partir de 2018, que versa sobre participação, proteção e defesa dos direitos ao usuário dos serviços públicos da administração pública, vem corroborar na avaliação e identificação de lacunas e deficiências do serviço público.

A Ouvidoria ARESC, atua das 07h às 19h horas, de segunda a sexta-feira. Seguindo os habituais modelos de Ouvidoria, os registros dos diversos canais de comunicação são recebidos por meio de uma Ficha de Análise de Manifestação. Seguem abaixo, os atendimentos e os resultados desenvolvidos durante o exercício de 2018.



Quadro 01 - Atendimentos mensais brutos

O presente quadro a seguir representa os atendimentos relativos aos serviços de abastecimento de Água, Esgoto, Distribuição de Gás Natural Canalizado e Resíduos Sólidos.

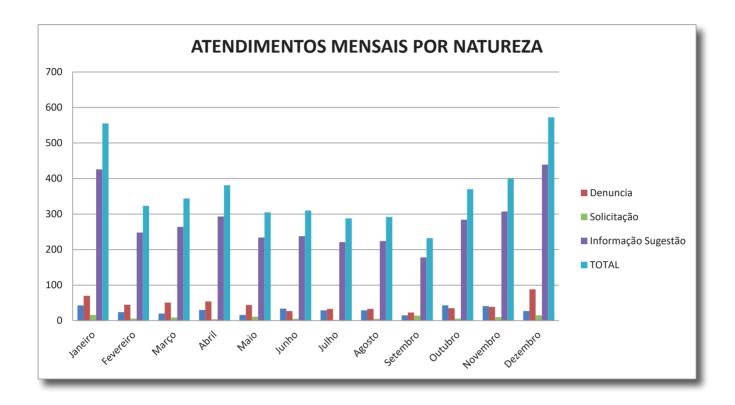
	ATENDIMENTOS MENSAIS POR NATUREZA											
Mês	Denúncia	%	Elogio	%	Reclamação	%	Solicitação	%	Informação Diversas	%	TOTAL	%
Janeiro	70	12,92	-	-	43	12,25	16	15,53	426	9,82	555	12,69
Fevereiro	45	8,30	-	-	24	6,84	6	5,83	248	8,58	323	7,39
Março	51	9,41	-	-	20	5,70	9	8,74	264	7,45	344	7,87
Abril	54	9,96	-	-	30	8,55	4	3,88	293	5,93	381	8,71
Maio	44	8,12	-	-	16	4,56	11	10,68	234	7,81	305	6,98
Junho	27	4,98	6	30	34	9,69	5	4,85	238	9,01	310	7,09
Julho	33	6,09	3	15	29	8,26	2	1,94	221	9,82	288	6,59
Agosto	33	6,09	1	5	29	8,26	5	4,85	224	6,03	292	6,68
Setembro	23	4,24	2	10	15	4,27	14	13,59	178	9,30	232	5,31
Outubro	35	6,46	2	10	43	12,25	6	5,83	284	5,80	370	8,46
Novembro	39	7,20	3	15	41	11,68	10	9,71	307	10,14	400	9,13
Dezembro	88	16,24	3	15	27	7,69	15	14,56	439	10,33	572	13,02
Total	542		20		351		103		3.356		4.372	100

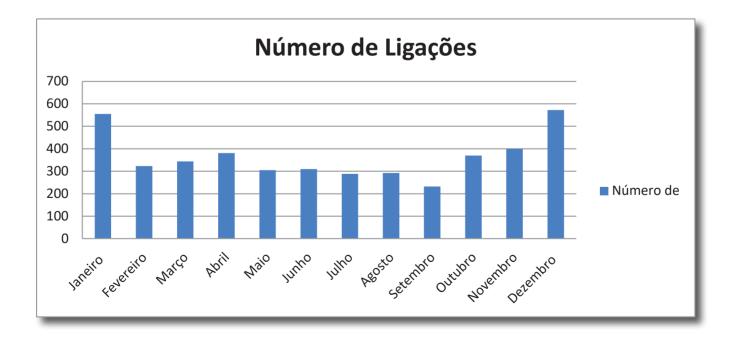
Nota explicativa:

- a. As denúncias cadastradas revelam o não atendimento no prazo pelas Concessionárias, gerando um maior prazo em suas execuções. Sem pre é solicitado a programação de execução das Concessionárias, havendo conflito entre as partes, cabe a Ouvidoria analisar, avaliar e mediar e, como consequência, a respectiva finalização e solução;
- b. Os elogios quando manifestados pelos usuários são amplamente compartilhados com a equipe, ocorrendo espontaneamente;
- c. As reclamações cadastradas possuem diversas situações identificadas por tipo de demanda, caracterizadas por sua pluralidade de situações e questionamentos diversos, bem como requerem um nível de maior esclarecimentos prestados aos usuários por esta Ouvidoria;
- d. As solicitações cadastradas possuem características variadas e na sua maioria das vezes possuem afetação coletiva;
- e. As informações diversas, ensejam um pré-atendimento e incorpora uma gama de situações, orientações, acompanhamento e consequentemente poderá resultar em registro de demanda de usuários, onde de forma proativa, orientativa e pedagógica são prestadas informações adequadas. Após realizado o contato verifica-se um volume alto de desconhecimento de seus direitos e deveres como usuários. Aqui também são tabuladas as ratificações de ligações, onde o usuário não informa o retorno da execução do serviço(s). Esta Ouvidoria faz o contato até a solução do problema.

f. O acesso dos usuários por meio de correio eletrônico recebidos são computados nas informações diversas e nem sempre convertem-se em atendimento registrado.

Quadro 02 – Resultados por número de atendimentos mensais







Resultados por número de atendimentos mensais, com respectivos número de atendimentos mensais, com status Concluídos, Pendentes, Excluídos, Diversos.

Mês	Concluídos	Excluído Rejeitado	Pendente	Encaminhados	Total	% no ano
Janeiro	113		0	91	129	12,68
Fevereiro	69	1	0	64	75	7,37
Março	80		0	70	80	7,87
Abril	87	1	0	75	88	8,65
Maio	69		0	66	71	6,98
Junho	73		0	65	73	7,18
Julho	67		0	59	67	6,59
Agosto	68	1	0	57	68	6,69
Setembro	53		0	49	54	5,31
Outubro	82		4	73	86	8,46
Novembro	92	2	28	78	93	9,14
Dezembro	105	1	27	123	133	13,08
Total	958	6	59	870	1.017	100

Nota explicativa:

Status identificado refere-se às etapas de atendimentos Concluídos, Excluído/Rejeitados, Pendentes; Encaminhados; Total de atendimentos registrados.

- a. Coluna Total espelha total bruto de 1.017 atendimentos registrados e encaminhados às respectivas concessionárias, e por força de amparo legal é solicitada a execução das respectivas demandas, que interferem diretamente na vida do Cidadão. A situações que envolvem viabilidade de água e/ou esgoto, tratadas distintamente cada uma. Foram 59 registros mantidos para solução/execução para o exercício seguinte;
- b. Os atendimentos rejeitados ocorrem quando usuários do sistema de abastecimento de água de municípios de Santa Catarina das quais a Aresc não tem Convênio com a Prefeitura Municipal (Poder Concedente), acessam o Portal da Aresc, via Ouvidoria e fazem registro de suas demandas. No exercício de 2018, totalizaram 6 registros excluídos/ rejeitados.
- c. Após desconsiderados os registros excluídos / rejeitados, obtivemos 1.011 atendimentos registrados efetivamente. Considerando o total de atendimentos efetivos, encerrado o ano 2018, 59 atendimentos seguiram pendentes para o exercício de 2019. Atingimos 94,16% manifestações atendidas e resolvidas.

Quadro 03 – Atendimentos por Municípios de Santa Catarina

Atendimentos relativos ao abastecimento de água e esgoto.

	ATENDIM	Nr de	%		Totalalas
Nr	Municípios	Atendimentos Convertidos em	De Atendimentos com Notificação	Nr. de Atendimentos por Município	Total de Atendimentos por Município
		Notificações	por Município		
01	Agrolândia	1	0,10	3	4
02	Alfredo Wagner	1	0,10	4	5
03	Araquari	18	1,77	59	77
04	Baln. Arroio do Silva	7	0,69	23	30
05	Baln. Barra do Sul	4	0,39	13	17
06	Baln. Camboriú	3	0,29	10	13
07	Biguaçu	24	2,36	79	103
08	Bombinhas	53	5,21	174	227
09	Calmon	2	0,20	6	8
10	Camboriú	59	5,80	194	253
11	Campo Alegre	2	0,20	7	9
12	Criciúma	54	5,31	178	232
13	Curitibanos	4	0,39	14	18
14	Florianópolis	610	59,98	2033	2643
15	Forquilhinha	1	0,10	3	4
16	Garopaba	1	0,10	5	6
17	lçara	14	1,38	53	67
18	lmbituba	1	0,10	3	4
19	ltapema	9	0,88	30	39
20	Lages	-	0,00	-	-
21	Laguna	6	0,59	19	25
22	Luiz Alves	4	0,39	13	17
23	Morro da Fumaça	9	0,88	29	38
24	Nova Veneza	-	0,00	-	-
25	Papanduva	1	0,10	3	4
26	Pescaria Brava	8	0,79	8	9
27	Ponte Alta do Norte	1	0,10	1	4
28	Porto Belo	4	0,39	9	17
29	Sangão	1	0,10	3	4
30	Santa Cecilia	3	0,29	8	13
31	Santo Amaro da Imperatriz	7	0,69	23	30
32	São Bernardino	1	0,10	3	4
33	São Domingos	1	0,00	4	4
34	São Joaquim	1	0,10	3	4
35	São Jose	73	7,18	268	341
36	São Martinho	1	0,10	3	4
37	Timbo Grande	1	0,10	3	4
38	Videira	18	1,79	68	86
39	* Municípios não conveniados	6	0,98	-	06
Total geral		1.017	100	3.355	4.372



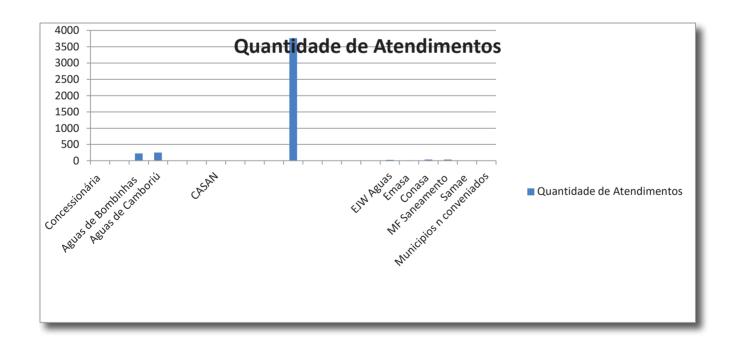
Nota explicativa:

- a. As informações do Quadro 03, representam o número de ligações recebidas, atendimentos pessoais ocorridos, e-mails recebidos e ligações retornadas aos usuários para acompanhamento de cumprimento dos prazos estipulados bem como ratificação do atendimento. Notadamente, um atendimento inicial pode ser convertido em mais de um, tendo em vista o desdobramento que o mesmo tenha. Neste item, 39 municípios de Santa Catarina foram atendidos;
- b. Mantidos os procedimentos, havendo cumprimento ao que determina a Resolução 046/2016 e mantido contato preliminar com as Concessionárias, é feito o registro da demanda com a respectiva notificação (espelhados na coluna "Números de Atendimentos Convertidos em Notificações");
- c. A fim de manter o índice de concentração de atendimentos, o quadro 03 apresenta percentual de atendimentos registrados por municípios.
- d. Houve "06" registros excluídos/ rejeitados dos municípios não conveniados, sendo Chapecó, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Tijucas, Palhoça e Piçarras.



Quadro 04 – Demonstrativo mensal por Concessionária

ATENDIMENTO MENSAL POR CONCESSIONÁRIA					
Concessionária	Municípios	Quantidade de Atendimentos			
Aguas de Bombinhas	Bombinhas	227			
Aguas de Camboriú	Camboriú	253			
Companhia Catarinense de Saneamento	Agrolandia, Alfredo Wagner, Araquari, Balneário B do Sul, Belmonte, Biguaçu Calmon, Campo Alegre, , Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Forquilhinha, Garopaba, Içara, Imbituba, Laguna, Luiz Alves, Major Gercino, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Otacilio Costa, Pescaria Brava, Ponte Alta do Norte, Porto Belo, Santa Cecilia, Sangão, Santo Amaro da Imperatriz, São Bernardino, São Domingos, São Joaquim São Jose, São Martinho, Timbo Grande, Videira	3.762			
EJW Aguas	Balneário Arroio do silva	30			
Emasa	Balneário Camboriú	13			
Conasa	Itapema	39			
MF Saneamento	Morro da Fumaça	38			
Samae	Papanduva	04			
	Municípios não Conveniados	06			
Total no período		4.372			





Quadro 05 – Assuntos por período Abastecimento de Água e Esgoto

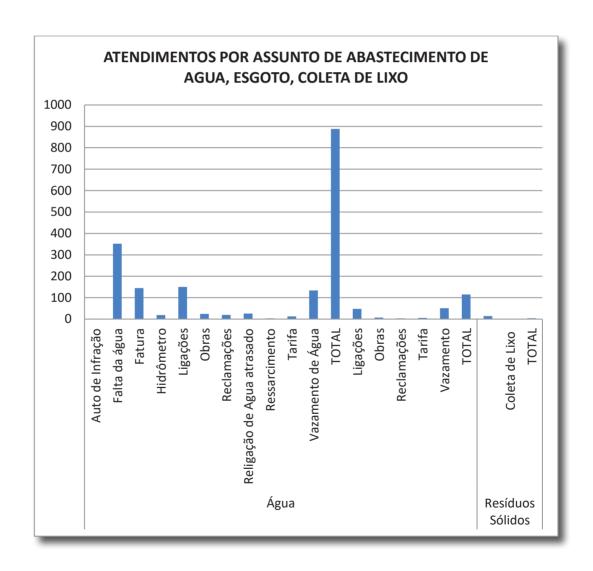
O presente quadro apresenta os atendimentos relativos ao abastecimento de água e tratamento de esgoto, efetivamente registrados e notificados, distribuídos por assuntos e quantidades.

ATENDIME	ENTOS POR ASSUNTO DE ABASTECIMENTO I	DE ÁGUA E ESGOTO	
Área	Assunto	Quantidade	%
	Auto de Infração	2	0,20
	Falta da água	352	34,61
	Fatura	145	14,26
	Hidrômetro	19	1,87
	Ligações	150	14,75
Água	Obras	24	2,36
	Reclamações	20	1,97
	Religação de Agua atrasado	26	2,56
	Ressarcimento	3	0,29
	Tarifa	13	1,28
	Vazamento de água	134	13,18
Sub Total Água		888	87,32
	Ligações	48	4,72
	Obras	7	0,39
	Reclamações	3	0,29
	Tarifa	6	0,59
	Vazamento	51	5,01
Sub Total Esgoto		115	11,01
Total		1.003	99,53

Quadro 06 – Assuntos por período Resíduos Sólidos

O presente quadro apresenta os atendimentos relativos aos Resíduos Sólidos, coleta de lixo, efetivamente registrados, notificados e distribuídos por assunto e quantidades.

Área	Assunto	Quantidade	%
Resíduos Sólidos	Coleta de Lixo	14	1,38
Sub Total Coleta de Lixo		14	1,38
Total Geral		1.017	1,38





Quadro 07 – Recepção dos Atendimentos via Canais de Comunicação

O presente quadro apresenta os atendimentos realizados pelos Canais de comunicação disponibilizados pela ARESC.

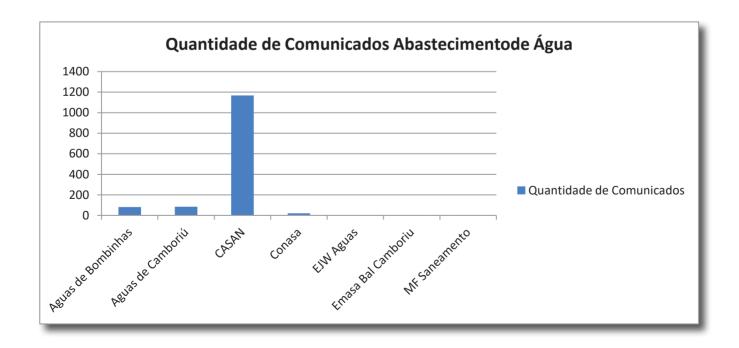
ATENDIMENTO POR CANAL DE COMUNICAÇÃO							
Canal de Comunicação	Atendimentos Registrados	%	Atendimentos não Convertidos Registros	%			
Carta	-	-					
E-mail	35	3,44	115	3,42			
Telefones	906	89,09	2989	89,06			
Pessoalmente	13	1,28	43	1,28			
Portal / Internet	63	6,19	209	6,22			
Total no período	1.017	100	3.356	100			



Quadro 08 - Comunicados

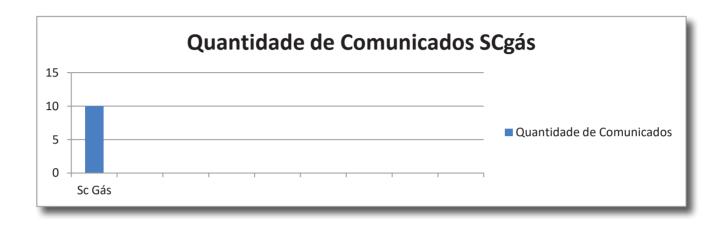
Importante destacar que os comunicados representam um fundamento legal amparado pelas Resoluções é um importante meio de informação. A Ouvidoria ARESC obtém em tempo real toda as informações relativas aos serviços Regulados bem como no relacionamento com consumidores, para que estes tenham informações atualizadas, precisas e adequadas e venha causar menor impacto. Os comunicados disparados pelas Concessionárias do Serviço de Abastecimento de água e esgoto e Concessionária de Abastecimento de Gás Canalizado representam um meio acessível a informação *on line* e são publicadas diariamente pela Ouvidoria, tendo em vista que ações emergências, racionamento e ações pontuais possam ser previamente aplicadas e acompanhadas pelo usuários. No exercício de 2018 a Ouvidoria da ARESC publicou 1.373 (hum mil trezentos e setenta e três) comunicados em tempo real.

COMUNICADOS REFERENTE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO					
Concessionárias De Abastecimento de Agua e Esgoto	Quantidade de Comunicados	Obs			
Aguas de Bombinhas	82				
Aguas de Camboriú	84				
Casan	1168				
Conasa	20				
Emasa Baln Camboriu	02				
EJW Aguas	03				
MF Saneamento	04				
Total	1.363				





COMUNICADOS REFERENTE A DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO					
Concessionárias De Distribuição Gás Natural Canalizado	Quantidade de Comunicados	Obs			
SCgás	10				
Total	10				



Quadro 09 – Aplicativo ARESC

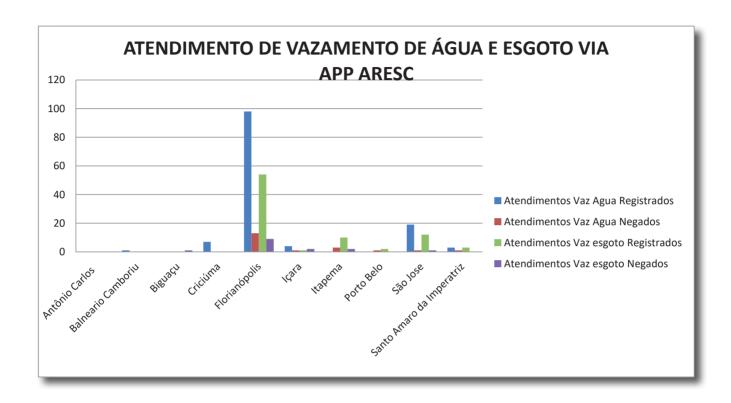
Buscando uma maior agilidade nas demandas apresentadas pelo Cidadão, a ARESC em 26 de setembro de 2017, juntamente com a Diretoria, área de Tecnologia da Informação, área Técnica e Ouvidoria, a ARESC lançou seu aplicativo Oficial. Surgiu para ser uma ferramenta nas manifestações com Vazamento de Água, por trazer à tona a manutenção da preservação dos recursos naturais, e Vazamento de Esgoto, por questão de Saúde Pública. Coube a Ouvidoria desta Agência de Regulação recepcionar, atender, acompanhar os prazos de cumprimento e, consequentemente, a solução destas demandas.

ATENDIMENTOS DE VAZAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO VIA APP ARESC								
Municípios Habilitados no uso do APP ARESC	Atendimentos Vaz Agua Registrados	Atendimentos Vaz Agua Negados	Atendimentos Vaz esgoto Registrados	Atendimentos Vaz esgoto Negados				
Antônio Carlos	-	-	-	-				
Balneário Camboriú	01	-	-	-				
Biguaçu	-	-	-	01				
Criciúma	07	-	-	-				
Florianópolis	98	13	54	09				
Içara	04	01	01	02				
Itapema	-	03	10	02				
Porto Belo	-	01	02	-				
São Jose	19	01	12	01				
Santo Amaro da Imperatriz	02	01	03	-				
Total por evento	131	20	82	15				



Nota Explicativas:

Houve uma melhor adesão ao APP ARESC, a maioria da população que faz usa pela praticidade e agilidade, permitindo que possa preservar recursos naturais ea conscientização contra o desperdício.



3.2 DIRETORIA TÉCNICA

Executam as atividades de regulamentação, normatização, monitoramento e definição de parâmetros mínimos e parâmetros relativos aos padrões dos serviços de manutenção das instalações de saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais, exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e outros serviços delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

3.2.1 Resoluções

RESOLUÇÕES EDITADAS

RESOLUÇÃO ARESC Nº 095 – Estabelece reajuste para as tarifas e preços dos serviços de abastecimento de água e esgoto prestados pela empresa Águas de Capivari de Capivari de Baixo/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 096 – Estabelece reajuste para as tarifas e preços dos serviços de abastecimento de água e esgoto prestados pela SAMAE de Treviso/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 097 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água prestados pelo município de Campo Alegre/SC.



RESOLUÇÃO ARESC Nº 098 – Autoriza o repasse excepcional da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 099 – Autoriza o fornecimento provisório de água potável por meio de caminhões-pipa às localidades de Estaleiro, Estaleirinho e Taquaras, do município de Balneário Camboriú.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 100 – Autoriza a cobrança de Tarifas de Esgoto pela CASAN no município de Braço do Norte/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 102 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela empresa Águas de Bombinhas no município de Bombinhas/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 103 – Estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pelas concessionárias e municípios conveniados à ARESC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 104 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela empresa Àguas de Camboriú no município de Camboriu/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 105 - Estabelece a Metodologia de cálculo da Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura - TFDI a ser cobrada pelas prestadoras de serviço aos municípios conveniados com a Aresc, em substituição da metodologia de cobrança por consumo mínimo de volume.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 106 – Autoriza o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 107 – Autoriza o reajuste da Margem Bruta que compõe as tarifas a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás natural canalizado - Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS).

RESOLUÇÃO ARESC Nº 108 – Estabelece metodologia da Primeira Revisão Tarifária Periódica da Margem Bruta de Distribuição da Concessionária SCGÀS no Estado de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 109 – Autoriza o reajuste da Margem Bruta que compões as tarifas a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás natural canalizado - Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) nos segmentos: Termoelétrico, Matéria Prima e Geração Distribuída.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 111 – Homologa os resultados finais da 1ª Revisão Tarifária das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN aos municípios conveniados da ARESC e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 112 – Autoriza a empresa Águas de Campo Alegre a reajustar, em caráter extraordinário, o valor da taxa de instalação de ligação de água residencial.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 113 – Autoriza o repasse excepcional da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 116 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação (SEDURB) de Imbituba/SC.



RESOLUÇÃO ARESC Nº 117 – Autoriza a empresa CONASA Águas de Itapema a repassar, em fatura, para o usuário a cobrança do percentual dos serviços referentes à Taxa de Fiscalização de Água e Esgotamento Sanitário - TFAE e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 118 – Estabelece reajuste das tarifas dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais prestados pela empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. no município de Araquari/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 119 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela E.J.W. Águas de Balneário Arroio do Silva/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 120 - Autoriza o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 121 – Estabelece reajuste para as tarifas e preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto prestados pela Semasa no município de Lages/SC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 122 – Autorização da cobrança de Tarifas de Esgoto pela ARESC para o município de Araranguá.

3.2.2 Municípios conveniados

N°	Cidade	Sdr a que pertence	Concessionária	
1	Agrolândia	12 - Rio do Sul	Casan	
2	Águas Mornas	18 - Grande Florianópolis	Casan	
3	Alfredo Wagner	13 - Ituporanga	Casan	
4	Angelina	18 - Grande Florianópolis	Casan	
5	Anitápolis	18 - Grande Florianópolis	Samae	
6	Antônio Carlos	18 - Grande Florianópolis	Casan	
7	Araranguá	22- Araranguá	Samae	
8	Araquari	23 - Joinville	Casan	
9	Balneário Arroio do Silva	22 - Araranguá	E.J.W	
10	Balneário Barra do Sul	23 - Joinville	Casan	
11	Balneário Camboriú	17 - Itajaí	Emasa	
12	Biguaçu	18 - Grande Florianópolis	Casan	
13	Bombinhas	17 - Itajai	Casan	
14	Bom Jardim da Serra	28 - São Joaquim	Casan	
15	Braço do Norte	36 - Braço do Norte	Casan	
16	Calmon	10 - Caçador	Casan	
17	Camboriú	17 - Itajai	Prefeitura	
18	Campo Alegre	25 - Mafra	Prefeitura	
19	Capivari de Baixo	20 - Tubarão	Prefeitura	
20	Catanduvas	07 - Joaçaba	Casan	
21	Criciúma	21- Criciuma	Casan	

Nº	Cidade	Sdr a que pertence	Concessionária	
22	Curitibanos	11 - Curitibanos	Casan	
23	Erval Velho	07 - Joaçaba	Casan	
24	Florianópolis	18 - Grande Florianópolis	Casan	
25	Frei Rogério	11 - Curitibanos	Prefeitura	
26	Garopaba	19 - Laguna	Casan	
27	lbiam	08 - Campos Novos	Casan	
28	Ibicaré	07 - Joaçaba	Casan	
29	lçara	21 - Criciuma	Casan	
30	lmaruí	19 - Laguna	Samae	
31	Imbituba	19 - Laguna	Prefeitura	
32	ltajaí	17 - Itajai	Semasa	
33	ltapema	17 - Itajai	Águas de Itapema - CONASA	
34	Lacerdópolis	07 - Joaçaba	Casan	
35	Lages	27 - Lages	Semasa	
36	Laguna	19 - Laguna	Casan	
37	Leoberto Leal	13 - Ituporanga	Casan	
38	Luís Alves	15 - Blumenau	Casan	
39	Macieira	10 - Caçador	Casan	
40	Major Gercino	16 - Brusque	Casan	
41	Major Vieira	26 - Canoinhas	Casan	
42	Morro da Fumaça	21 - Criciuma	Casan	
43	Morro Grande	22 - Araranguá	Samae	
44	Nova Veneza	21 - Criciúma	Casan	
45	Papanduva	25 - Mafra	Samae	
46	Passo de Torres	22 - Araranguá	Casan	
47	Paulo Lopes			
48	Pescaria Brava - ligado a Laguna	19 - Laguna	Casan	
49	Ponte Alta	27 - Lages	Casan	
50	Ponte Alta do Norte	11 - Curitibanos	Casan	
51	Praia Grande	22 - Araranguá	Samae	
52	Presidente Nereu	14 - Ibirama	Casan	
53	Rancho Queimado	18 - Grande Florianópolis	Casan	
54	Rio do Oeste	12 - Rio do Sul	Casan	
55	Rio Fortuna	36 - Braço do Norte	Casan	
56	Santa Cecília	11 - Curitibanos	Casan	
57	Santa Rosa de Lima	36 - Braço do Norte	Casan	
58	Santo Amaro da Imperatriz	18 - Grande Florianópolis	Casan	
59	São Bernardino	03 - São Lourenço do Oeste	Casan	

N°	Cidade	Sdr a que pertence	Concessionária			
60	São Bonifácio	18 - Grande Florianópolis	Casan			
61	São Domingos	05 - Xanxerê	Casan			
62	São João do Sul	22 - Araranguá	Casan			
63	São Joaquim	28 - São Joaquim	Casan			
64	São José	18 - Grande Florianópolis	Casan			
65	São Martinho	36 - Braço do Norte	Casan			
66	São Pedro de Alcântara	18 - Grande Florianópolis	Samae			
67	Timbó Grande	10 - Caçador	Casan			
68	Treviso	21 - Criciúma	Samae			
69	Treze de Maio	20 - Tubarão	Casan			
Total 69 Municípios						

3.2.3 Plano Municipal de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

LEI Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007.

Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades:

- I O Plano Nacional de Saneamento Básico PNSB que conterá:
- a) os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazo, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;
- b) as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;
- c) a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;
- d) as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;
- e) os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas;
 - II planos regionais de saneamento básico, elaborados e executados em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios envolvidos para as regiões integradas de desenvolvimento econômico ou nas que haja a participação de órgão ou entidade federal na prestação de serviço público de saneamento básico.



3.2.4 Visitas técnicas em saneamento básico

Em 2018 foram realizadas 48 fiscalizações aos prestadores de serviços de água e esgotamento sanitário.

TIPOS DE FISCALIZAÇÃO



As ações de fiscalização se dão em etapas denominadas: ação de fiscalização inicial, ação de fiscalização de acompanhamento e ação de fiscalização emergencial ou eventual, e têm como objetivos:

- Aferir as informações previamente recebidas;
- Observar aspectos de infraestrutura: segurança, funcionalidade, adequação, operação e manutenção;
- Adoção das normas técnicas regulamentares, entre outros;
- Conhecer os procedimentos e rotinas das áreas operacional e comercial;
- Verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados nas normas e regulamentos;
- Analisar o cumprimento da legislação em vigor e do contrato de concessão nas áreas operacional e comercial; e,
- Atender situações emergenciais, seja por denúncia ou por conhecimento próprio.
- A Fiscalização Inicial é a primeira fase do acompanhamento na prestação dos serviços e que se estende desde a análise das informações solicitadas à concessionária até o término da elaboração do relatório de fiscalização, envolvendo observações e análises criteriosas durante as atividades de campo e confecção do relatório.
- 2. Na Fiscalização de Acompanhamento, o técnico responsável efetua vistoria nas instalações da concessionária para verificar se foram solucionadas as desconformidades identificadas na fase inicial e o relatório de fiscalização de acompanhamento será conclusivo, devendo indicar objetivamente se foram atendidas ou não as determinações contidas no TAS. O descumprimento por parte da concessionária de determinação constante no Termo de Adequação dos Serviços dá ensejo aos procedimentos administrativos para apuração de infrações e aplicação de penalidades, cujo encaminhamento ocorre de acordo com o estabelecido nos instrumentos delegatórios da concessão, encerrando-se, assim, a ação de fiscalização.
- 3. As ações de **Fiscalização Emergenciais e Eventuais** são realizadas sempre que necessário, por provocação ou iniciativa própria, quando algum fator extraordinário for detectado nos serviços prestados.

3.2.5 Planilha com todas as fiscalizações em 2018

A tabela abaixo descreve as visitas técnicas inicial, acompanhamento, e emergencial realizadas pela fiscalização da ARESC em 2018.

N°	Processo ARESC n°	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/ Al	Relatório nº	Município
1	-	Visita Técnica	Eventual	15/02 e 13/04/2018	-	GEFIS 001/2018	São José
2	016/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	Janeiro/2018	-	GEFIS 002/2018	Florianópolis
3	0226/2018	Visita Técnica	Eventual	Janeiro/2018		GEFIS 003/2018	Florianópolis
4	0225/2018	Visita Técnica	Eventual	Janeiro/2018		GEFIS 004/2018	São José
5	0204/2018	Visita Técnica	Eventual	23/01/2018	-	GEFIS 005/2018	Araranguá
6	0205/2018	Visita Técnica	Eventual	23/01/2018		GEFIS 006/2018	Laguna
7	0207/2018	Acompanhamento	Acompanhamento	25/01/2018		GEFIS 008/2018	Bombinhas
8	0209/2018	Visita Técnica	Eventual	25/01/2018	-	GEFIS 010/2018	Balneário Camboriú
9	0210/2018	Visita Técnica	Eventual	25/01/2018		GEFIS 011/2018	Itajaí
10	162/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	30/01/2018	-	GEFIS 012/2018	Paulo Lopes
11	474/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	21 e 28/02/2018		GEFIS 013/2018	Criciúma
12	424/2016	Acompanhamento	Acompanhamento	23/02/2018		GEFIS 015/2018	Camboriú
13	212/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	27/03/2018	-	GEFIS 016/2018	Tijucas
14	470/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	28/03/2018		GEFIS 017/2018	Brusque
15	469/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	28/03/2018		GEFIS 018/2018	Gaspar
16	-	Fiscalização Emergencial	Emergencial	03/04/2018	-	GEFIS 019/2018	lçara
17	335/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	03/04/2018		GEFIS 020/2018	São Pedro de Alcântara
18	338/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	04/04/2018		GEFIS 021/2018	Tubarão
19	336/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	18/04/2018		GEFIS 022/2018	Nova Veneza
20	337/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	18/04/2018		GEFIS 023/2018	Urussanga
21	024/2018	Fiscalização Emergencial	Emergencial	12/04/2018	-	GEFIS 024/2018	Florianópolis
22	467/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	02/05/2018		GEFIS 025/2018	Joinville
23	468/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	02/05/2018		GEFIS 026/2018	Guaramirim
24	400/2018	Fiscalização Emergencial	Emergencial	23/05/2018		GEFIS 027/2018	Major Gercino
25	475/2018	Fiscalização Emergencial	Emergencial	12/06/2018 e 17/07/2018		GEFIS 028/2018	Araranguá
26	392/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	26/06/2018		GEFIS 029/2018	Porto Belo
27	394/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	17/07/2018		GEFIS 030/2018	Porto Belo
28	125/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	04/09/2018		GEFIS 031/2018	Campo Alegre

N°	Processo ARESC n°	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/ Al	Relatório nº	Município
29	532/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	05/09/2018		GEFIS 032/2018	Palhoça/São José e Florianópolis
30	228/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	11/09/2018		GEFIS 033/2018	Nova Veneza
31	645/2018	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	13/09/2018		GEFIS 034/2018	Morro da Fumaça
32	574/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	25/09/2018		GEFIS 035/2018	Araquari
33	424/2014	Acompanhamento	Acompanhamento	27/12/2018		GEFIS 036/2018	Agrolândia
34	-	Fiscalização Emergencial	Emergencial	28/09/2018		GEFIS 037/2018	Imbituba
35	635/2018	Fiscalização Emergencial	Emergencial	11/10/2018		GEFIS 038/2018	Florianópolis
36	184/2018	Acompanhamento	Acompanhamento	19/10/2018		GEFIS 039/2018	Balneário Camboriú
37	651/2018	Fiscalização Inicial	Inicial	06,13 e 14/11/2018		GEFIS 041/2018	Florianópolis/ Tijucas e São José
38	059/2018	Visita Técnica	Eventual	12,13,14 e 30/11/2018		GEFIS 042/2018.	Florianópolis
39	616/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	28/11/2018		GEFIS 043/2018	Camboriú
40	730/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	08/11/2018 e 13/12/2018		GEFIS 044/2018	Balneário Camboriú
41	069/2018	Visita Técnica	Visita Técnica	20 e 21/02/2018 e 14/03/2018		-	Florianópolis
42	619/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	29/11/2018		GEFIS 045/2018	ltajaí
42	620/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	06 e 20/12/2018		GEFIS 046/2018	Bombinhas
44	618/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	10,12,20 e 28/12/2018		GEFIS 047/2018	Florianópolis
46	621/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	12/12/2018		GEFIS 050/2018	Araranguá
47	622/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	12/12/2018		GEFIS 051/2018	Balneário Arroio do Silva

N°	Processo ARESC n°	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/ Al	Relatório nº	Município
48	732/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	04 e 13/12/2018		GEFIS 052	Laguna
49	739/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	11/12/2018		GEFIS 049/2018	Garopaba
50	748/2018	Fiscalização Inicial	Inicial	20/11/2018		GEFIS 056/ 2018	Bombinhas
51	845/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	11 e 21/12/2018		GEFIS 057/2018	Imbituba
52	740/2018	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2018/2019	06 e 18/012/2018		GEFIS 053/2018	Porto Belo

INICIAL





Florianópolis-Gefis 002/2018 (Coleta de amostra de água bruta na ETA Praia Brava e no Manancial Lagoa da Conceição).





Paulo Lopes-Gefis 012/2018 (coleta de amostra de água bruta na ETA Morro Agudo e coleta de amostra de água tratada no Reservatório Sorocaba).





Criciúma-Gefis013/2018 (Unidades da ETE de Santa Luzia e Barragem São Bento).







Porto Belo - Gefis 029/2018 (fiscalização técnico-operacional / Rio Perequê-manancial abastecedor e Estação de Tratamento de Água-ETA).





Porto Belo-Gefis 030/2018 (coleta de água bruta para análise laboratorial de qualidade da Lagoa da Acumulação e vista Geral da ETA Porto Belo).





Morro da Fumaça-Gefis034/2018 (Sistema de Abastecimento de Água – unidade de tratamento e laboratório da ETA do Rio Vargeado).







Bombinhas –Gefis 056/2018 – (Fiscalização Inicial de Qualidade no sistema de Abastecimento de água).

ACOMPANHAMENTO





Camboriú-Gefis 015/2018 (Novo Reservatório e Estação de Recalque de Água Tratada - Sistema de Águas de Camboriú).





Campo Alegre-Gefis 031/2018 (uma das unidades de reservação e construção de um novo reservatório).





Nova Veneza – Gefis 033/2018 (visita técnica de acompanhamento no Sistema de Abastecimento de Água (SAA) referente às não conformidades (recomendações) levantadas na fiscalização inicial).





Araquari - Gefis 035/2018 (visita técnica de acompanhamento no Sistema de Abastecimento de Água).





Agrolândia - Gefis 036/2018- (Manancial de captação de água bruta e reservatórios). Visita técnica de acompanhamento para verificação de cumprimento do Termo de Adequação dos Serviços-TAS.





Balneário Camboriú-Gefis 039/2018 - (Fiscalização de acompanhamento no Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário).

EVENTUAL



São José - Gefis 001/2018 (Visita técnica em Estação Elevatória de Barreiros-EEE).





Florianópolis - Gefis 003/2018 (coletas de efluentes bruto na ETE's de Saco Grande e de Canasvieiras).



São José-Gefis 004/2018 (coleta de amostra de esgoto na ETE Potecas).





Araranguá - Gefis 005/2018 (coleta de efluente tratado na ETE I).





Laguna - Gefis 006/2018 (coleta de amostra de efluente tratado na ETE).



Bombinhas - Gefis 008/2018 (coleta de amostra de efluente tratado na ETE).



Balneário Camboriú-Gefis 010/2018 (coleta de amostra de efluente tratado na ETE Taquaras).



Itajaí- Gefis 011/2018 (coleta de amostras de efluentes bruto e tratado na Estação de Tratamento de Esgoto -ETE).





Vistoria Técnica de Qualidade foi avaliar as condições da qualidade das Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água, localizadas no município de Florianópolis.





Florianópolis - Processo Aresc nº 069/2018 Vistoria Técnica operacional e de qualidade no Sistema de Água e Esgoto (SAE) de Jurerê Internacional em cumprimento à solicitação da Prefeitura Municipal.

EMERGENCIAL





Içara – Gefis 019/2018 (ação fiscalizatória após denúncias de problemas na rede coletora de esgoto).





Florianópolis- Gefis 024/208 (ação fiscalizatória para verificar o funcionamento das estações elevatórias de esgoto localizadas no bairro Canto da Lagoa, em virtude do agravamento da poluição nas águas da Lagoa da Conceição).





Major Gercino – Gefis 027/2018 (coletas de água bruta no Rio Boa Esperança e no Sistema Alternativo Coletivo de Abastecimento de Água).





Araranguá - Gefis 028/2018 (Fiscalização emergencial para verificar a finalização das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário II, após solicitação de homologação do inicio de cobrança da tarifa de esgoto).





Imbituba - Gefis 037 (Fiscalização emergencial objetivou verificar as condições técnicas-operacionais e o estado dos conjuntos motor-bombas das Estações de Recalque de Água Bruta e de Água Tratada (na ETA), unidades essas, constituintes do Sistema de Abastecimento de Água de Imbituba).





Florianópolis – Gefis 038/2018 (coleta na Captação de água bruta na ETA do Campeche e coleta de água tratada na ETA Lagoa do Peri). Visita técnica objetivou a avaliação das condições e da qualidade de água potável do Sistema de Abastecimento de Água Costa Sul/Lest, tendo em vista o registro de denúncias dos moradores do Bairro Campeche à Ouvidoria da Aresc).







Gefis 043/2018 – (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Aguas de Camboriú para a temporada de verão 2018-2019).





Balneário Camboriú-Gefis 044/2018 (Fiscalização do Plano de Emergência Operacional para a temporada de verão 2018-2019 apresentado pela Empresa Municipal de Água e Saneamento Básico de Balneário Camboriú, concessionária responsável pelos Sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município).





Gefis 045/2018 – (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Semasa para a temporada de verão 2018-2019).





Bombinhas - Gefis 046/2018 - (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário apresentado pela Águas de Bombinhas para a temporada de verão 2018-2019).





Florianópolis - Gefis 047/2018 - (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Casan para a temporada de verão 2018-2019).





Garopaba - Gefis 049/2019 - (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água apresentado pela Casan para a temporada de verão 2018-2019).





Florianópolis – Gefis 047/2018- (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Casan para a temporada de verão 2018-2019).





Porto Belo – Gefis 053/2018 – (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água apresentado pela Casan para a temporada de verão 2018-2019).





Araranguá – Gefis 050/2018 – (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Samae para a temporada de verão 2018-2019).





Gefis 051/2018 - (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela EJW para a temporada de verão 2018-2019).





Laguna- Gefis 052/2018- (Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Casan para a temporada de verão 2018-2019).





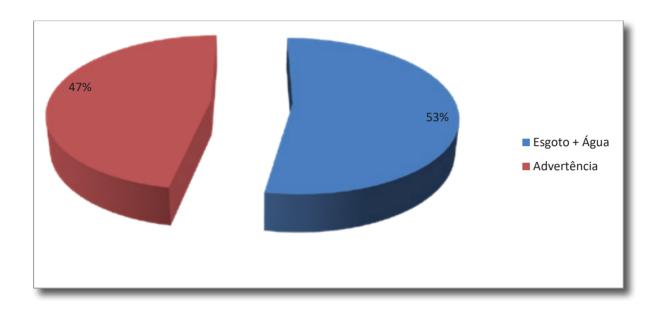
Imbituba – Gefis 057 – ((Fiscalização do Plano de Emergência dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento apresentado pela Prefeitura Municipal para a temporada de verão 2018-2019).



3.2.6 Auto de infração

ADVERTÊNCIAS E MULTAS

Foram aplicadas quarenta advertências e duas multas às concessionárias conveniadas que prestam serviço em saneamento básico.



3.2.7 Plano de emergência 2018/2019

O Plano de Emergência é importante e fundamental durante a temporada de verão na prevenção de possíveis falhas nos sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário. As concessionárias de saneamento básico deverão fazer um prognóstico de todas as situações que impossibilitam a prestação desses serviços aos usuários, visando diminuir ou sanar eventuais problemas relacionados ao fornecimento de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

A Aresc solicitou aos prestadores de serviços de saneamento básico dos municípios conveniados de Grande Florianópolis (Florianópolis, São José e Biguaçu), Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Bombinhas, Itapema, Porto Belo, Garopaba, Imbituba, Araranguá e Balneário Arroio do Silva, que apresentassem algumas ações e intervenções que se fizessem necessárias para suprir eventuais falhas nos sistemas, já que estes municípios têm maior fluxo de turistas durante a temporada de verão.

3.2.8 Metodologia de revisão tarifária às concessionárias reguladas pela ARESC

Dando continuidade ao processo de Revisão Tarifária dos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado de Santa Catarina, a Aresc definiu a metodologia para a aplicação da



1ª revisão tarifária periódica destes prestadores. Em 2018, a Agência de Regulação publicou; a resolução nº 111 em que homologa o resultado da1º revisão tarifária da Casan,; a Consulta Pública nº 17 referente ao resultado da nova estrutura tarifária da EMASA; e a publicação da Consulta Pública nº 116 referente a aprovação da nova estrutura tarifária da Casan

Concessionárias reguladas pela Aresc que foram estudadas para a elaboração da metodologia

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;

EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú;

3.2.9 Projeto Produtor De Água

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAMBORIÚ

O Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú é uma iniciativa da EMASA e da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, em parceria com a organização ambiental The Nature Conservancy (TNC), Prefeitura Municipal de Camboriú, Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, Centro de Informações de Recursos Ambientais de Hidro meteorologia de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

A EMASA, através de contratos firmados com os proprietários rurais que aderiram ao Projeto, realiza pagamentos semestrais conforme cronograma de desembolso que consta nos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs). Para que os pagamentos sejam realizados, é necessária uma vistoria técnica da equipe de vistorias formada por membros titulares do Grupo Gestor do Projeto que sejam parceiros da iniciativa. Essa vistoria tem o objetivo de certificar se as ações de conservação e restauração previstas nos PIPs estão sendo executadas em conformidade com os contratos de PSA.

A ARESC esteve presente nas reuniões junto com o Grupo Gestor do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, que tem como objetivo promover a recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica, proporcionando incentivos financeiros aos proprietários rurais que aderirem ao projeto. A principal ação do projeto consiste em recuperar as áreas degradadas, incluindo matas ciliares, áreas de nascentes, encostas ou outras áreas sensíveis, além da proteção de áreas conservadas.

Atividades do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú - 2018

Segundo o Relatório de Atividades Anual do Produtor de Água, no ano de 2018 houve 06 novas adesões e nenhuma saída do Produtor de Água do Rio Camboriú. E até o final deste mesmo ano, o Projeto contou com a participação de 22 produtores em 23 propriedades, totalizando 1049,61 ha de área de conservação e 59,76 ha em processo de restauração.

Segundo o mesmo Relatório de Atividades, no decorrer do ano, foram realizadas 33 vistorias nas propriedades participantes do Projeto e seis Assembléias do Grupo Gestor.



Visitas de campo realizadas em propriedades contempladas com o projeto Produtor de Água





Vistoria na propriedade de Ciro Meireles Jacobsen, em 13/06/2018.





Vistoria na propriedade de Ana de Oliveira, em 05/10/2018.



Projeto Produtor de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul



Atualmente, por meio de convênio celebrado entre ANA, ARESC e Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), e convênio celebrado entre ARESC e The Nature Conservancy Brasil (TNC), assim como pela parceria com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e o Comitê de Bacia do Rio Cubatão do Sul, este Projeto encontra-se em fase inicial caracterizada pela elaboração do Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul e do Plano Modelo de Viabilidade e Sustentabilidade Econômica de Programas de PSA por consultoria contratada pela SDS.

3.2.10 Resíduos Sólidos

Em 2018 o foco dos trabalhos da equipe de RSU da ARESC foi o desenvolvimento do projeto de modernização dos instrumentos de ferramentas de regulação. O projeto denominado "Smart Regulation", composto pelo sistema informatizado de Fiscalização de Prestadores de Serviços de Gestão de Resíduos Sólidos teve seus check-lists para monitoramento de Coleta, Transporte e Transbordo, assim como de Aterros Sanitários concluídas, em plataforma de planilhas eletrônicas. Foram realizadas visitas em 28 municípios e em 25 Aterros Sanitários para a apresentação do projeto supracitado e para testar as respectivas planilhas.

Elaborado e encaminhado à Gerência de Informática o Termo de Referência para contratação do Sistema Digital para as área de fiscalização da ARESC. Nele, a previsão de criação de Portal Corporativo para que todas as informações transitem virtualmente, eliminando documentos físicos. Ainda a inclusão de comunicação das planilhas com VANTS – Veículos Aéreos Não Tripulados.

Também elaboramos o Termo de Referência para a contratação da Metodologia para Estruturação e Revisão Tarifária que foi concluído e submetido à análise jurídica para encaminhamento à licitação.

Estas iniciativas culminaram com a confecção de um livro, denominado "Smart Regulation: da regulação tradicional à regulação inteligente", que será lançado em 2019. Nele, além de discutir um novo conceito de regulação, apresenta-se o projeto de forma didática para que todos os players (prestadores, técnicos e Prefeituras) tenham noção e adequado conhecimento de sua proposta e funcionamento, que resulta em uma avaliação das unidades fiscalizadas (score) e uma classificação entre os prestadores (ranking).



3.2.11 Gás Natural Canalizado

Visitas técnicas realizadas

Em 2018, a Aresc deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios e de fiscalização para o setor de gás natural canalizado. A capacitação do seu quadro técnico também foi destaque nas ações, visando a melhor atuação neste segmento.



Gefis 016/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento – ER 05, localizada em Tijucas).



Gefis 017/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento – ER 04, localizada em Brusque).



Gefis 018/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento - ER 03, localizada em Gaspar).



Gefis 020/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento - ER 06, localizada em São Pedro de Alcântara).



Gefis 021/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento - ER 07, localizada em Tubarão).





Gefis 022/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento – ER 09, localizada em Nova Veneza).



Gefis 023/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento – ER 08, localizada em Urussanga).



Gefis 025/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento – ER 01, localizada em Joinville).



Gefis 026/2018 (Fiscalização de acompanhamento na Estação de Recebimento - ER 02, localizada em Guaramirim).





Gefis 032/2018 (Fiscalização Inicial dos serviços de distribuição de gás natural canalizado em palhoça, São José e Florianópolis).



Gefis 041/2018 - Fiscalização inicial em ERPM(Estação de Redução de Pressão e Medição -ERPM) em pontos de distribuição de gás natural em Florianópolis, Tijucas e São José.



3.2.12 Conta gráfica

A Conta Gráfica é uma ferramenta regulatória na qual são registradas e acumuladas as diferenças (referentes aos preços de gás e de transporte), entre os preços faturados pelos supridores à Concessionária, de acordo com os Contratos de Suprimento, e aqueles contidos nas tarifas de fornecimento aplicadas aos faturamentos mensais dos usuários, pela prestação do serviço de distribuição, sendo que os saldos da Conta Gráfica são corrigidos mensalmente pela variação da Taxa Selic, ou da taxa que vier a sucedê-la.

Por contrato, o preço do gás comprado pela concessionária é determinado pela variação da cesta de óleos combustíveis e pela variação cambial entre real e dólar. Em geral o resultado deste conjunto de fatores é a ocorrência de uma defasagem entre o valor real de aquisição do gás e seu transporte e o valor contido na tarifa da concessionária.

Para corrigir esta defasagem a Aresc publicou a Resolução Aresc N° 73, de 17 de novembro de 2016, que dispõe sobre o mecanismo de atualização do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado do Estado de Santa Catarina.

A evolução da conta gráfica pode ser acompanhada mensalmente por meio do IRPGT – Índice de Reajuste do Preço do Gás e do Transporte. Para facilitar o acompanhamento da evolução do IRPGT e permitir que os usuários prevejam atualizações tarifárias positivas ou negativas, a Aresc disponibiliza mensalmente em seu site este índice, bem como as informações sobre os componentes para seu cálculo.

Em 2018, a Aresc continuou publicando mensalmente em seu site os acompanhamentos mensais da Conta Gráfica e as Apurações semestrais ocorridas em junho e dezembro do referido ano, as quais resultaram nas edições das Resoluções Aresc nº106 e nº120. Além das apurações excepcionais ocorridas em março e setembro, respectivamente Resoluções Aresc nº 98 e nº113.

3.2.13 Revisão tarifária SCGÁS

Através do Contrato nº 004/2017, publicado no Diário Oficial do Estado, DOE-SC nº 20.513, em 12 de abril de 2017, a Aresc efetuou a contratação de consultoria para o desenvolvimento da metodologia de revisão tarifária para a possível aplicação aos prestadores do serviço de distribuição de gás natural canalizado no Estado de Santa Catarina. Sendo o prazo inicial de doze meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço Aresc nº001/2017, de 18 de abril de 2017, conforme cronograma fixado nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 031/2016, publicado no DOE nº 20.496 de 17 de março de 2017, que homologou o procedimento licitatório e adjudicou o objeto licitado, e o seu 1º Termo Aditivo ao Contrato Aresc 004/2017, que prorrogou o mesmo até 30 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado, DOE-SC nº 20.751, em 18 de abril de 2018, em conformidade com o que consta no processo protocolado na Aresc, sob o número 0417/2016.

Foi realizado em 09 de maio de 2018, no auditório da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa – Aresc, o II Workshop, correspondente a conclusão da segunda etapa da Metodologia de Revisão Tarifária da Concessionaria de Serviço de distribuição de Gás Natural Canalizado no Estado de Santa Catarina, que apresentou o Diagnóstico do Sistema Tarifário Atual da SC Gás e Proposta de Melhorias.

O III Workshop, realizado no dia 29 de agosto de 2018, na Sede da Aresc, apresentou os Cenários e Resultados Finais, correspondente a terceira etapa da Metodologia de Revisão Tarifária da Concessionária de Serviço de Distribuição de Gás Natural Canalizado no Estado de Santa Catarina.





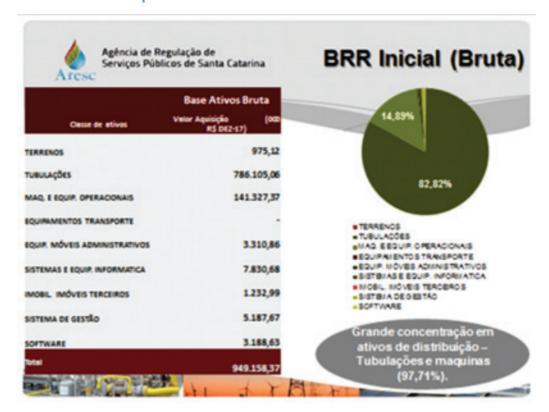


Apresentações da 2º e 3º etapa da metodologia da revisão tarifária.

TAREFAS DESENVOLVIDAS



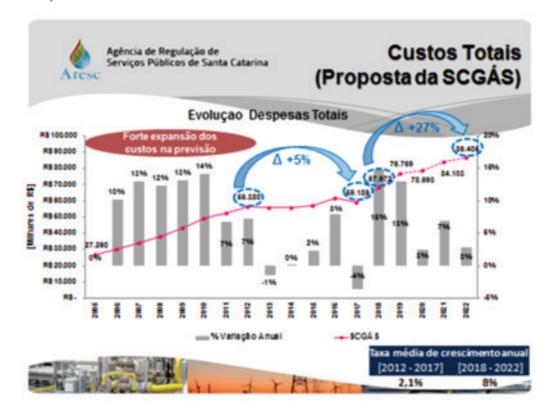
BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA



AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PROPOSTOS PELA CONCESSIONÁRIA



AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

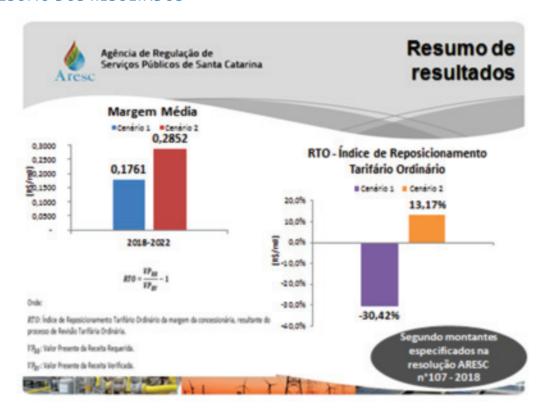


DETERMINAÇÃO DA RECEITA REQUERIDA



biretoria Colegiada

RESUMO DOS RESULTADOS



3.2.14 Cursos e Palestras





Curso Gestão de Processo sediado na Aresc e promovido pela Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR ocorrido nos dias 28 e 29 de junho de 2018.





Capacitação na área de regulação do Gás Natural Canalizadorealizado pela Agência Reguladora do Estado do Alagoas-Arsal nos dias 9,10 e 11/10 de 2018. Além da Aresc, participaram também do treinamento técnicos das agências reguladoras do Paraná(Agepar) e Bahia(Agerba).





Capacitação sobre Sistema de Proteção Catódica, que é utilizado para proteger as tubulações de gás enterradas. Uma equipe técnica da Agência de Regulação da Bahia (Agerba) que esteve na Aresc para conhecer seus trabalhos na regulação do Gás, aproveitou a oportunidade para participar do treinamento - (Outubro de 2018).



3.2.15 Aplicativo Aresc

Cada vez mais se torna necessário a sociedade se preocupar com situações relacionadas ao meio ambiente. E o desperdício de água é um deles. Foi pensando em minimizar as altas perdas do sistema de água e vazamento de esgoto em vias públicas, que a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc) desenvolveu seu Aplicativo Oficial e está lançando junto aos seus municípios conveniados.

O App Aresc possui interface simples de navegação e as pessoas podem utilizá-lo a para comunicar vazamentos de água e de esgoto em vias públicas através de procedimento fácil e rápido. A ferramenta foi criada com o intuito de minimizar o desperdício d'água, refletindo assim na diminuição dos custos operacionais das concessionárias e, consequentemente, das tarifas.

O App está habilitado a princípio para os municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes, Porto Belo, Bombinhas, Camboriú, Itapema e Criciúma. Disponível gratuitamente para celulares que usam o sistema operacional Android e iOS e é adaptável a outros dispositivos móveis, como tablets e iPads.





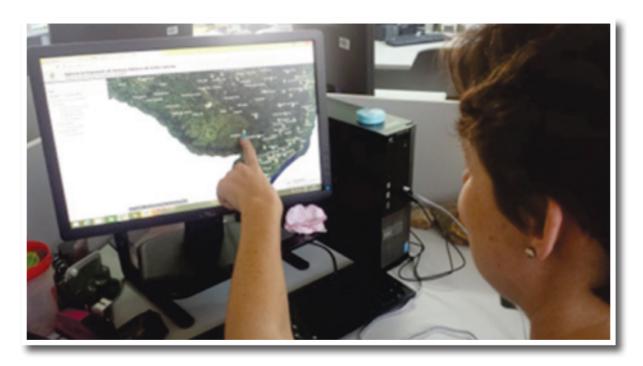
SIGARESC: Sistema de Informações Geográficas

Com o intuito de aprimorar e facilitar o acesso dos usuários às informações, que a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc implantou uma nova ferramenta. Denominada como SIGARESC, o sistema que foi desenvolvido juntamente com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – Ciasc, possibilita a busca de informações georreferenciadas pertinentes às ações da agência em seus municípios conveniados.

O SIGARESC é um sistema de informações geográficas que permite sintetizar de forma geográfica e georreferenciada todos os dados produzidos pela a Aresc, explica Ana Paula Lopes Sim, Geóloga da Agência Reguladora e autora da ferramenta. Através da ferramenta as pessoas podem obter informações como: relatórios de fiscalizações, visitas técnicas, convênios, dados de resíduos sólidos, índices de cobertura de redes de água e de esgoto e outros. Todas as informações estão georreferenciadas em pontos que estão relacionados a cada município conveniado à Aresc.

O SIGARESC trabalha com sistema de módulos, que estão reunidos em um sistema maior, ou seja, tem os módulos da ferramenta para água, esgoto, resíduos sólidos, recursos hídricos e gás natural. O usuário tem uma visão geral do sistema e mais específica em um de seus módulos, facilitando o acesso das informações.

O link SIGARESC está disponível no site www.aresc.sc.gov.br.



Nova ferramenta SIGARESC



3.2.16 Equipe da Diretoria Técnica

Elmis Mannrich • Diretor Técnico

Luiza Kaschny Borges • Eng. a Ambiental e Sanitarista - Gerente de Fiscalização

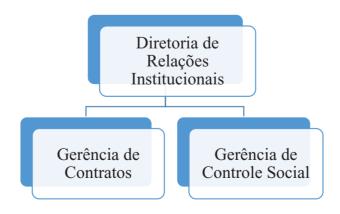
Silvio Cesar dos Santos Rosa • Eng.º Mecânico - Gerente de Regulação

Ana Paula Lopes Simm • Geóloga
Cintia Guimarães da Cunha Pimentel • Eng.ª Civil
Catiusia Gabriel • Bióloga
Eduardo dos Santos Clarino • Geógrafo
Gelter Sandro Muller • Eng.º Sanitarista e Ambiental
João Luiz Coelho • Analista Técnico
Jorge Augusto Perozin • Economista
Jatyr Fritsch Borges • Geografo
Larissa Martins • Bióloga
Marnio Sebastião Graciosa • Eng.º Eletricista
Nilton de Sá Junior • Físico
Paulo Cesar Cardoso da Silva • Eng.º Mecânico
Priscila Curi • Engª Sanitarista e Ambiental
Ricardo Cesconetto dos Santos • Eng.º Eletricista

Rodrigo Amorim Barão • Eng.º Eletricista Trumai Trommer Thaddeu • Historiador

3.3 Diretoria de Relações Institucionais

3.3.1 Organograma





A Diretoria de Relações Institucionais tem por finalidade conduzir o relacionamento com instituições e agentes atuantes nos setores regulados, apoiando, no que concerne aos aspectos institucionais, a elaboração de diretrizes, de normas técnicas, econômicas e sociais para regulação de serviços prestados.

Esta Diretoria tem dentre suas responsabilidades a formação da identidade e da imagem positiva da instituição, ressaltando perspectivas relacionadas com a missão e a ideologia da organização, buscando preservar e consolidar o trabalho com o poder concedente, os prestadores de serviços, os usuários e a sociedade em geral.

Ficam subordinadas à Diretoria de Relações Institucionais: a Gerência de Contratos e a Gerência de Controle Social.

A Gerência de Contratos trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como elaborando as minutas e apoiando institucionalmente a celebração e a execução dos convênios de cooperação e dos contratos de concessão firmados pela ARESC.

A Gerência de Controle Social trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como apoiando a elaboração, revisão e compatibilização das normas reguladoras, garantindo a defesa do interesse público e, no que couber, o atendimento de suas demandas. Atua na elaboração e realização das consultas e audiências públicas acompanhando as demandas da sociedade em assuntos afetos à área de atuação da ARESC e trabalhando constantemente no planejamento e execução de ações que permitam a integração da sociedade com a Agência.

Durante o exercício de 2018 esta Diretoria atuou na busca de novos convênios com municípios e na renovação de outros; participou na elaboração e revisão de normas regulamentadoras; bem como, na relatoria de vários processos, buscando em conjunto com a Diretoria Colegiada o aperfeiçoamento dos trabalhos e entendimentos quanto ao desenvolvimento dos processos, visando sempre a excelência na prestação de serviços.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos junto aos municípios, apresentam-se os seguintes convênios e termos aditivos firmados:

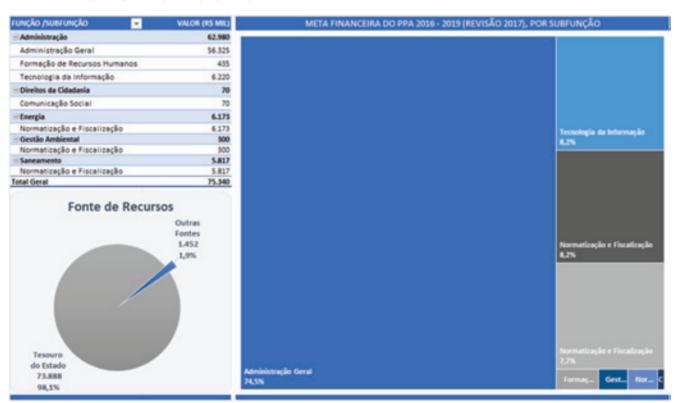
- Anitápolis Primeiro Termo Aditivo n.º 022/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 031/2013/ AGESAN – DOE/SC n.º 20.706, de 7/02/2018;
- Descanso Segundo Termo Aditivo n.º 023/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 018/2012/ AGESAN – DOE/SC n.º 20.709, de 14/02/2018;
- Balneário Camboriú Primeiro Termo Aditivo n.º 024/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 007/2013/AGESAN – DOE/SC n.º 20.743, de 6/04/2018;
- São João do Sul Primeiro Termo Aditivo n.º 025/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 078/2013/ AGESAN – DOE/SC n.º 20.770, de 16/05/2018;
- Porto Belo Termo de Convênio n.º 004/2018/ARESC DOE/SC n.º 20.782, de 4/06/2018;
- Curitibanos Primeiro Termo Aditivo n.º 028/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 157/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.798, de 26/06/2018;
- Catanduvas Primeiro Termo Aditivo n.º 029/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 158/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.819, de 25/07/2018;
- Lacerdópolis Primeiro Termo Aditivo n.º 031/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 224/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.845, de 30/08/2018;



- Frei Rogério Primeiro Termo Aditivo n.º 032/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 226/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.845, de 30/08/2018;
- São Pedro de Alcântara Primeiro Termo Aditivo n.º 036/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 356/2013/AGESAN DOE/SC n.º 20.878, de 18/10/2018;
- Papanduva Primeiro Termo Aditivo n.º 034/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 319/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.881, de 23/10/2018;
- Braço do Norte Primeiro Termo Aditivo n.º 035/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 330/2013/ AGESAN – DOE/SC n.º 20.892, de 8/11/2018;
- Araquari Primeiro Termo Aditivo n.º 038/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 408/2013/AGE-SAN – DOE/SC n.º 20.916, de 14/12/2018;
- Rancho Queimado Primeiro Termo Aditivo n.º 037/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 360/2013/AGESAN - DOE/SC n.º 20.916, de 14/12/2018;
- Balneário Arroio do Silva Primeiro Termo Aditivo n.º 039/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 446/2013/AGESAN - DOE/SC n.º 20.924, de 28/12/2018; e
- Treze de Maio Primeiro Termo Aditivo n.º 040/2018/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 440/2013/ AGESAN - DOE/SC n.º 20.932, de 11/01/2019.

3.4 Diretoria Administrativa e Financeira

PLANO PRURIANUAL 2016 A 2019





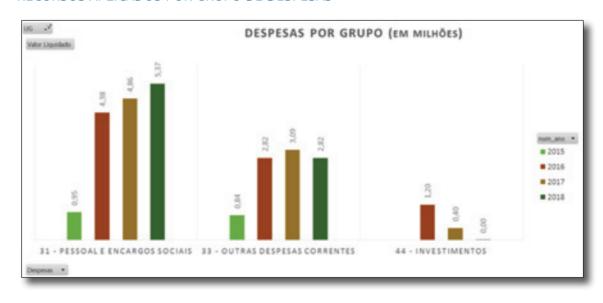
Ressalta-se que o gráfico inerente as Fontes de Recursos do PPA 2016 - 2019 considera a totalidade de receitas como recursos do Tesouro do Estado, porém cabe uma ressalva, as receitas da ARESC são oriundas da Taxa Fiscalização e Regulação de Serviços Públicos, receita esta vinculada a convênios firmados com as prefeituras municipais, poder concedente dos serviços de saneamento básico (água e esgoto) e que tem na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) a empresa concessionária com o maior número de contratos de exploração destes serviços junto às prefeituras. Há, ainda, a regulação dos serviços de transporte e fornecimento de gás cujo poder concedente é o Estado de Santa Catarina e a empresa concessionária é a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás).

Fonte de recursos	Valor R\$	Percentual
Convênios	1.452.000,00	1,93%
Tesouro Estadual	1.856.400,00	2,46%
Taxa de Regulação e Fiscalização	72.031.115,00	95,61%
Total Geral	75.339.515,00	

Em 2018, o Governo do Estado, aplicou a legislação conhecida como DREM, Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios, que afetou a agência com a retenção de receitas das taxas de regulação e fiscalização:

Aplicação da drem	Valor R\$
Taxas de saneamento	2.513.164,30
Taxas de gás	772.377,84
Total	3.285.542,14

RECURSOS APLICADOS POR GRUPO DE DESPESAS





EXECUÇÃO FINANCEIRA PPA

	ATUALIZAÇÃO	DA EXECUÇÃO	ATUALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PPA			
Programas / saturação	Produto (unidade)	Quantidade	Valor Total do PPA 2016-2019	Valor Liquidado 2016 a 2018	% Execução Financeira	Valor Liquidado 2018
950 – Defesa dos Interesses Sociais						
13009 – Administração de pessoal e encargos sociais - ARESC	Servidor remunerado (unidade)	100	R\$ 23.686.400,00	R\$ 15.139.969,59	63,92%	R\$ 5.545.783,72
13010 – Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - ARESC	Unidade gestora mantida (unidade)	T	R\$ 35.146.000,00	R\$ 8.098.211,62	23,04%	R\$ 1.975.390,72
13011 – Capacitação profissional dos agentes públicos – ARESC	Servidor capacitado (unidade)	130	R\$ 259,000,00	R\$ 18,230,00	7,04%	R\$ 7.620,00
13012 – Encargos com estagiários – ARESC	Estagiário contratado (unidade)	2	R\$ 176.000,00	I	%00'0	I
13013 – Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação – ARESC	Estação de trabalho mantida (unidade)	130	R\$ 6.220.000,00	453.395,34	7,29%	R\$ 249.288,28
13044 – Fiscalização e regulação de saneamento básico – ARESC	Município atendido (unidade)	160	R\$ 5.817.000,00	R\$ 888.907,92	15,28%	R\$ 124.228,16
13045 – Fiscalização e regulação de gás natural canalizado – ARESC	Concessão fiscalizada (unidade)	Ţ	R\$ 3.320.500,00	R\$ 342.632,47	10,32%	R\$ 286.675,96
13046 – Fiscalização e regulação de energia elétrica – ARESC	Concessão fiscalizada (unidade)	\vdash	R\$ 2.425.000,00	I	%00'0	I
13047 – Gestão de ouvidoria – ARESC	Atendimento realizado (unidade)	1400	R\$ 69.615,00	ı	0,00%	ı
13135 – Fiscalização e regulação de recursos hídricos – ARESC	Concessão fiscalizada (unidade)	100	R\$ 200.000,00	ı	%00'0	ı
13136 – Fiscalização e regulação de recursos minerais – ARESC	Concessão fiscalizada (unidade)	1	R\$ 100.000,00	ı	%00'0	ı
Total Geral		2029	R\$ 77.419.515,00	R\$ 24.941.346,94	32,22%	R\$ 8.188.986,84

DESPESA MENSAL COM QUADRO DE PESSOAL POR VÍNCULO

Agamenta Politicas Control (1972) (1973) (19		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Juf	Ago	Set	Out	Nov	Dez
0,000 0,000 <th< td=""><td>cos com vo</td><td>0,00</td><td>00,00</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td></th<>	cos com vo	0,00	00,00	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
0,000 0,000 <th< td=""><td>icos Civis ntes de</td><td>150.115,87</td><td>150.913,78</td><td></td><td>155.990,89</td><td>157.483,33</td><td>190.046,71</td><td>158.609,69</td><td>188.026,04</td><td>145.415,40</td><td>149.358,44</td><td>232.124,69</td><td>151.500,26</td></th<>	icos Civis ntes de	150.115,87	150.913,78		155.990,89	157.483,33	190.046,71	158.609,69	188.026,04	145.415,40	149.358,44	232.124,69	151.500,26
0,000 0,000 <th< td=""><td>icos Civis ntes de lico</td><td>0,00</td><td>00,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>00'0</td><td>0,00</td><td>00'0</td><td>0,00</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00,00</td></th<>	icos Civis ntes de lico	0,00	00,00	0,00	0,00	0,00	00'0	0,00	00'0	0,00	00'0	00'0	00,00
47625.34 47625.34 52728.05 54,419,35 54,428,96 52,728,08 5	icos os	0,00	00,00	000	0,00	0,00	0,00	00'0	0000	00'0	00'0	00'0	00'0
0,000 0,000 <th< td=""><td>ou JETON com r Executivo</td><td>47.625,34</td><td>47.625,34</td><td>52.728,05</td><td>54.419,36</td><td>54.428,96</td><td>54.428,96</td><td>54.428,96</td><td>54.428,96</td><td>49.326,24</td><td>54.428,96</td><td>52.728,05</td><td>54.428,96</td></th<>	ou JETON com r Executivo	47.625,34	47.625,34	52.728,05	54.419,36	54.428,96	54.428,96	54.428,96	54.428,96	49.326,24	54.428,96	52.728,05	54.428,96
0,000 0,000 <th< td=""><td></td><td>00,00</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00,00</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>0000</td><td>00'0</td><td>00'0</td><td>00'0</td></th<>		00,00	00'0	00'0	00'0	00,00	00'0	00'0	00'0	0000	00'0	00'0	00'0
0,000 0,000 <th< td=""><td>diz</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>00'0</td><td>00,00</td></th<>	diz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	00'0	00,00
a 0,000 0,00	os de Poder	0,00	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	00,00	00'0	0000	00,00	00'0	00'0
a 0,000 0,0	edidos para s do Governo	0,00	00,0	0,00	0,00	0,00	0,00	00'0	00'0	00,0	00,00	00'0	0,00
0,000 0,000 <th< td=""><td>edidos para des Gestoras</td><td>0,00</td><td>000</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>000</td><td>00'0</td><td>000</td><td>00,00</td><td>00'0</td><td>0,00</td></th<>	edidos para des Gestoras	0,00	000	0,00	0,00	0,00	0,00	000	00'0	000	00,00	00'0	0,00
44,635,76 44,660,26 45,351,50 46,639,98 53,434,69 45,757,13 53,831,13 52,669,56 46,479,20 69,482,98 159,327,19 155,153,77 156,0003,71 157,899,24 153,938,33 179,520,68 150,076,41 177,522,95 155,491,64 152,036,31 214,094,87 0,00 0,00 0,00 0,000<	ontratados eterminado	0,00	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	00,0	00,00	00,00	00,00	0000	0,00
159.327,19 155.153,77 156.0003,71 157.899,24 153.938,33 179.520,68 150.076,41 177.522,95 155.491,64 152.036,31 214.094,87 0,00 0	cupantes prego em n vínculo s Estado	44.635,76	44.660,26	45.351,50	45.301,50	46.639,98	53.434,69	45.757,13	53.831,13	52.669,56	46.479,20	69.482,98	45.302,81
0,00 0,00 <th< td=""><td>cupantes prego em n vínculo o Estado</td><td>159.327,19</td><td>155.153,77</td><td>156.0003,71</td><td>157.899,24</td><td>153.938,33</td><td>179.520,68</td><td>150.076,41</td><td>177.522,95</td><td>155.491,64</td><td>152.036,31</td><td>214.094,87</td><td>148.109,00</td></th<>	cupantes prego em n vínculo o Estado	159.327,19	155.153,77	156.0003,71	157.899,24	153.938,33	179.520,68	150.076,41	177.522,95	155.491,64	152.036,31	214.094,87	148.109,00
8.411,16 6.784,13 6.928,13 6.928,13 6.928,13 7.885,14 6.757,86 7.897,14 6.721,86 12.198,28 17.788,79 410.115,32 405.137,28 414.742,35 420.539,12 419.418,73 485.316,18 415.630,05 481.706,22 409.624,70 414.501,19 586.219,38	cebidos de outras overno	0,00	00'0	00,00	0,00	0,00	0,00	00,00	00'0	00,00	00,00	00,00	00,00
410.115,32 405.137,28 414.742,35 420.539,12 419.418,73 485.316,18 415.630,05 481.706,22 409.624,70 414.501,19 586.219,38	cebidos de outras storas	8.411,16	6.784,13	6.928,13	6.928,13	6.928,13	7.885,14	6.757,86	7.897,14	6.721,86	12.198,28	17.788,79	12.255,55
	0	410.115,32	405.137,28	414.742,35	420.539,12	419.418,73	485.316,18	415.630,05	481.706,22	409.624,70	414.501,19	586.219,38	411.596,58

SIGRH / SC - Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina



REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA

REMUNERAÇÃO DA	DIRETORIA EM 2018
Membros	Valor em R\$
ARI JOÃO MARTENDAL Diretor de Relações Institucionais	152.681,93
ELMIS MANNRICH Diretor Técnico	169.250,40
IÇURITI PEREIRA DA SILVA Diretor Administrativo e Financeiro	201.607,45
RENO LUIZ CARAMORI Presidente	182.608,86
Total	706.148,64

REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DO CONSELHO

REMUN	ERAÇÃO DOS CONSELI	HEIROS	
Conselheiros		2018	
Consequences	JETON	INSS	Total
CONSTANCIO ALBERTO SALLES MACIEL	68.036,16	13.607,28	81.643,44
ELIZABETE LUIZA FERNANDES BAESSO	68.036,16	13.607,28	81.643,44
EVANDRO SOUZA DE ALMEIRA	66.618,74	13.321,39	79.940,13
JULCEMAR ALCIR COELHO	0,00	0,00	0,00
KARINA CANTO BITTENCOURT	51.027,12	11.339,39	62.366,51
PRISCILA CARDOSO VIEIRA	68.036,16	13.604,88	81.641,04
RENO LUIZ CARAMORI	68.036,16	13.606,08	81.642,24
ROBERVAL ROGERIO WAN DALL	68.036,16	13.604,88	81.641,04
SILVIO CESAR DOS SANTOS ROSA	68.036,16	13.606,08	81.642,24
Total	525.862,82	106.297,26	632.160,08



DESPESAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE

Unidade Gestora	Modalidade / Forma	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A+B+C)
	Concorrência	I	R\$ -	R\$ 1.785.707,70	R\$ 1.785.707,70
	Dispensa de Licitação	I	R\$ -	R\$ 83.380,40	R\$ 83.380,40
	Dispensa de Licitação por Valor	I	R\$ 8.730,23	R\$ 34.146,34	R\$ 42.876,57
Agência de Regulação de	Licitação Inexigível	ı	R\$ -	R\$ 83.347,40	R\$ 83.347,40
Serviços Fublicos de Santa Catarina - ARESC	Pregão Eletrônico	ı	R\$ 36.283,36	R\$ 18.769,37	R\$ 55.052,73
	Pregão Presencial	ı	R\$ 4.679,39	R\$ 37.552,83	R\$ 42.232,22
	Não Aplicável	I	R\$ -	R\$ 119.329,27	R\$ 119.329,27
	Suprimento de Fundos	ı	R\$ 22.764,23	R\$ 13.351,00	R\$ 13.351,00
Total Geral		ı	R\$ 72.457,21	R\$ 2.175.584,31	R\$ 2.248.041,52

DESPESA ANUAL COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

270029 - 00001	٩	GÊNCIA	DE REC	SULAÇÃ	AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA	SOÓINS	PÚBLICO	OS DE SA	ANTA CA	TARINA		Exercício	2018
Discriminação dos Postos de Trabalho (por						MÊS / C	MÊS / QUANTIDADE	ADE					Despesa
Categorias/Funções) (56)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Líquida Anual
AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Т	
CAPOEIRA – 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
DIGITADOR – 06 horas	က	3	33	33	33	က	3	က	3	က	3	3	
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – 08 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
MOTORISTA – 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
RECEPCIONISTA – 06 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
SERVENTE – 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
VIGILÂNCIA – 12 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Total	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	22	R\$ 1.500.109,24





Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. Considerações Finais

O ano de 2018 foi marcado por um salto de qualidade nas atividades desenvolvidas pela Aresc. As visitas técnicas às áreas dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram constantes ao longo do ano passado. Projetos para o aprimoramento na regulação dos serviços de gestão de resíduos sólidos foi outro fator significante somado às outras ações da Agência.

Os trabalhos executados no setor de gás natural canalizado também teve seu destaque; aconteceram visitas técnicas aos City Gates localizados em todo o Estado, além de cursos de capacitação nesse segmento.

Enfim, mais um ano de muito trabalho e de ações planejadas e colocadas em prática. Foram resoluções normativas publicadas, diversos projetos e ações realizados, entre outros feitos que estão inseridos no cenário cotidiano desta Agência de Regulação. Isso tudo pôde transcorrer, graças ao trabalho de toda uma equipe que integra a Agência, respaldado com muita dedicação, estudos e experiência para fazer as coisas fluírem da forma mais eficiente possível.

Sendo assim, pode-se dizer que, em 2018, cumprimos mais uma jornada. E novos desafios se aproximam.

Continuaremos com a responsabilidade de fiscalizar os serviços públicos com transparência e equidade, mediando os conflitos de interesse entre os prestadores de serviços, o poder concedente e os usuários.

